

## DIA DO APOSENTADO

Legislação  
trouxe critérios  
mais rígidos de  
aposentadoria

**BENEFÍCIO** - Segurados podem identificar qual regra é mais vantajosa por meio de um planejamento previdenciário

ELISA VAZ  
Da Redação

Cerca de 850 mil pessoas estão como aposentadas e pensionistas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Pará, conforme dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (Dieese-PA). Essa população, que caminha para alcançar um milhão, tem grande relevância para a sociedade, e o Dia do Aposentado, celebrado nesta sexta-feira (24), é uma homenagem às pessoas que dedicaram décadas de suas vidas à economia do Estado.

Há de se destacar também o número de servidores do Estado que são aposentados. Em nota ao Grupo Liberal, o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) informou que, até dezembro de 2023, o órgão possuía 53.952 beneficiários em folha, sendo que 40.832 eram inativos e 13.120 pensionistas. “Já em 2024, o número subiu para 56.252 beneficiários em folha, sendo 42.772 inativos e 13.480 pensionistas”, afirma o órgão.

O advogado previdenciarista Fabio Rocha explica que uma mudança significativa para os aposentados nos últimos anos decorreu das alterações trazidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, com critérios mais rígidos para aposentadoria, bem como a implementação das regras de transição, que inclui novo critério etário.

Na opinião do advogado, há vários desafios enfrentados pelos aposentados atualmente, que podem mudar dependendo do tipo de trabalho. Um deles é a dificuldade para o reconhecimento de tempo especial, no caso das atividades prestadas em ambientes insalubres ou perigosos.

“De igual modo, a idade elevada da aposentadoria vem tornando o processo cada vez mais penoso ao segurado, que muitas vezes não tem acesso a uma saúde adequada. Por fim, temos as aposentadorias por invalidez (benefício por incapacidade permanente), que diversas vezes não são reconhecidas pela autarquia, o que demanda a necessidade de judiciali-

zação, levando tempo do segurado”, afirma Fabio Rocha.

## DESAFIOS

Presidente da Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Pará (Faapp), Emídio Rebelo Filho declara que não houve avanços para a categoria e, por isso, os aposentados não irão festejar a data. “Não vamos celebrar porque estamos sendo prejudicados. Foi dado um aumento para o salário mínimo e o nosso ficou em menos da metade disso. É uma perversidade e maldade o que acontece com os aposentados nesse país. Não há compensação pelo trabalho que se fez durante a vida”, diz.

Ele chama a situação de “sangria” e relata que, desde a década de 1990, os aumentos das aposentadorias e pensões não são suficientes. Com a reforma da Previdência, segundo Emídio, é impossível ter uma vida digna na terceira idade, já que houve redução dos proventos. “Estamos há quase 34 anos sendo penalizados, até com a retirada de direitos da seguridade social. Não está sendo cumprida nossa constituição”.

O maior desafio para a categoria agora é voltar ao cenário que se tinha antigamente. O líder da Federação conta, inclusive, que a entidade fez um apelo ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e que há um Projeto de Lei (PL) já aprovado no Senado Federal e na Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados que aguarda há 16 anos inclusão na pauta do Plenário, com o objetivo de fazer uma regularização dos proventos dos aposentados e pensionistas.

## VANTAGEM

Os segurados podem identificar qual regra é mais vantajosa por meio de um planejamento previdenciário, segundo o advogado, que fará a análise de qual enquadramento legal é mais benéfico para a concessão da aposentadoria, levando em consideração o direito adquirido, as regras de transição e as novas normas previdenciárias.

“Essa análise deverá pontuar todos os vínculos de trabalho do segurado,

bem como as remunerações, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) para análise de tempo especial, que serão a base para determinar os critérios da aposentadoria e o valor devido”, orienta.

Para quem quer se aposentar, o planejamento deve ser precoce, especialmente se a pessoa for autônoma. Isso, de acordo com Fabio Rocha, possibilitará que o empreendedor contribua da melhor maneira, levando em consideração o custo-benefício adequado para o seu planejamento. Assim, é possível direcionar o planejamento para o maior benefício, o de menor custo ou para atender os critérios do segurado, dentro do teto do INSS.

**“Conhecer os requisitos da aposentadoria permite ao segurado analisar as pendências necessárias para a concessão”**

Caso a pessoa seja celetista ou servidor, segundo ele, o planejamento servirá para garantir a previsibilidade da remuneração devida, e o melhor caminho a ser tomado, de modo que pode ser feito de forma mais tardia. “Todavia, conhecer de forma precoce os requisitos da aposentadoria permite ao segurado analisar as pendências necessárias para a concessão, o que pode acelerar o processo da concessão”, detalha.

Mesmo após garantir o benefício, os segurados que queiram continuar trabalhando para complementar a renda devem, obrigatoriamente, contribuir, não podendo ser dispensados, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), lembra Fabio. Porém, isso não vai influenciar no valor recebido, já que os critérios para aposentadoria são definidos até o momento da implementação do benefício.

## FUNCIONALISMO

## IGEPPS alerta sobre prazo do Censo Previdenciário de servidores ativos

DA REDAÇÃO

Atualização de dados cadastrais é fundamental para agilizar a análise de requerimentos de pensão e aposentadoria

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) alerta mais de 8 mil servidores efetivos e ativos, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Pará, que ainda não atualizaram seus dados cadastrais, para o encerramento do prazo de recadastramento em 31 de janeiro (sexta-feira).

Os servidores devem se recadastrar, presencialmente ou por meio do site <https://www.igepps.pa.gov.br/>. Para atender quem ainda não fez a atualização, o Instituto montou uma força-tarefa para recadastrar dentro do prazo todos os 90 mil servidores aptos ao Censo Previdenciário. A mobilização inclui o serviço iti-

nerante, por meio de unidades móveis do IGEPPS, que vai até os locais de trabalho dos servidores.

## MELHORIAS

A técnica de Administração e Finanças do IGEPPS, Mirian Rocha Kahwage, responsável pelo Censo dos Ativos, reforça a importância da atualização das fichas cadastrais dos servidores para o planejamento da previdência estadual. “Os dados vão permitir ao IGEPPS agilizar a análise dos requerimentos de pensão e aposentadoria”, informa.

Ainda segundo a técnica, quando o servidor fornece seus dados, ele colabora para diminuir as inconsistências relacionadas à documentação no momento da aposentadoria. Segundo Mirian Rocha Kahwage, “essas inconsistências são responsáveis pela devolução

de inúmeros processos de pensão e aposentadoria aos órgãos de origem dos servidores, que muitas vezes não apresentam a documentação exigida ou apresentam sem o detalhamento da evolução da carreira pública dele”.

A atualização dos dados é indispensável para o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social dos servidores estaduais, gerenciada pelo IGEPPS, explica o presidente do Instituto, Giusseppe Mendes. “O IGEPPS está fazendo um grande esforço para que todos os servidores efetivos e ativos do Estado possam atualizar seus dados cadastrais. O serviço itinerante junto aos órgãos públicos é uma forma de facilitar a participação e para manter a qualidade do banco de dados e, com isso, uma gestão previdenciária responsável”, acrescenta o gestor. (Com informações da Agência Pará)

## REDUÇÃO

## Número de famílias brasileiras endividadas cai em dezembro

RIO DE JANEIRO  
Agência O Globo

O endividamento das famílias brasileiras caiu em dezembro do ano passado e ficou em 76,7%, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Na comparação com o fim de 2023, a queda foi de 0,9 ponto percentual, quando o indicador havia ficado em 77,6%.

A redução do endividamento no fim do ano, momento em que sazonalmente ocorre aumento do indicador, com famílias recorrendo mais ao crédito, mostra a cautela do consumidor diante do cenário de aumento de juros, da inflação e do custo do crédito, afirma a CNC.

“A redução pode sinalizar mais restrições para o

acesso a crédito por parte das famílias”, diz o levantamento da confederação. A CNC aponta que as dívidas das famílias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) estão em torno de 30%, o que não é um percentual elevado quando comparado ao mercado americano, no qual as dívidas representam 72% do PIB.

O estudo revelou, no entanto, que a inadimplência aumentou no último mês de 2024, com 29,3% das famílias com dívidas em atraso ante os 28,8% do dezembro anterior. Aqueles que não conseguem quitar o que devem chegaram ao patamar de 13%, o maior da série histórica.

“A inadimplência é um reflexo do impacto desproporcional desses fatores

sobre as famílias de baixa renda, que enfrentam juros elevados e renda limitada para absorver o aumento dos preços. É fundamental promover um ambiente econômico estável e políticas que ampliem a capacidade de consumo”, avalia o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros.

As famílias com renda de até três salários mínimos são as mais afetadas pelo endividamento e pela inadimplência. O estudo mostra que 80,5% apresentaram dívidas em 2024, sendo o grupo mais dependente do crédito para manter o padrão de consumo. Já a proporção dos que destinam mais de 50% da renda ao pagamento de dívidas caiu para 20,6% (em 2023, era de 20,7%).

ARQUIVO/O LIBERAL

**Emídio** Rebelo, presidente da Faapp, considera que não houve avanços para a categoria

